



BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO E CULTURAL DE ARCEBURGO

ANO XVIII – Nº 91 – OUTUBRO – NOVEMBRO – DEZEMBRO – 2024



UMA NOITE DE ARTE E CULTURA



APOIO:

 **instituto
capobianco**

INSTITUTO HISTÓRICO E CULTURAL DE ARCEBURGO – “SOLAR DO AZUREM”

Fundado em 22 de junho de 1985

Telefone: (35) 3556-2156 - E-MAIL: institutohistoricoecultural@gmail.com

FUNDADOR: PROF. DR. ORLANDO LODOVICI (1920-2002)

PATRONO: DR. THIAGO VAREJÃO FONTOURA (1928 – 2016)

BENEMÉRITO: PROF. AZUREM FERREIRA PINTO (1926 – 2012)



DIRETORIA:

Presidente: Cecília Galvani Guidorizzi David

Vice-presidente: Marcelo Donizete de Andrade Carvalho

Primeiro Secretário: Sander Rogério Ribeiro Pereira

Segunda Secretária: Adriana Ferracin

Primeira Tesoureira: Norma Cattani Batcioto

Segunda Tesoureira: Glauce Pinheiro Pereira Borges

Diretora de Sede: Idelma de Fátima da Cruz Lange da Silva

Diretora de Patrimônio: Thedsen Brito dos Santos

Orador Oficial: Leonardo Borgheti Marques F. Belotti

CONSELHO CONSULTIVO:

André Luis Ribeiro Pereira
Ilenice Aparecida Andrade dos Santos
Anacleto

Inis Cristina Penna da Silva

Magda de Moraes Correa

Maria Aparecida de Lacerda Russo

Maria Jandira Berti Gabriel

Maria Luiza Benedetti de Paula

Maria Nilsa Lipi de Faria

Maria Sabina da Costa Abrão

Maria Stella de Souza Dias de Campos
Bicudo

Pedra Teodora dos Santos Marchesini

Pedro Cattani Neto

Rosa Maria Magalhães Bassani Moraes

Silvana Borgheti Romboli

Verginia Maria Batcioto Cili

Zélia Marques Bevilaqua

“Vasto horizonte, ampla visão, que capta a verdade e a memória, o seu nome é História”.

Sueli de Conti Jorge (1946 – 2014)

“A memória presume uma temporalidade que tem como síntese a história vivida. A história vivida para alguns fica no arquivo, no registro oficial e no fato em si, para outros na lembrança, registrada em papel, fotografias, sentimentos, cartas, diários pessoais, registros de viagem, enfim, de muitas formas que as mantêm conservadas aguardando para ser lembradas”.

(Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/entre-tempo-memoria-e-historia-se-constroem-as-narrativas-do-passado>. Acesso em 24 de abril de 2025.)

A DIÁSPORA PORTUGUESA E O BRASIL

Na comemoração dos 200 anos de independência do Brasil ocorrida em 2022, examinou-se a importância de ter sido um príncipe português a proclamá-la, dando início à única monarquia da América do Sul em 1822.

Os motivos antropológicos que levaram a este acontecimento que moldou a história do país tem suas raízes na conformação da nação portuguesa desde sua origem e, até hoje, influencia o perfil do Estado Brasileiro.

Com efeito, um país, na Europa, herdou, durante a Idade Média, a cultura romana por inteiro. Foi Portugal.

Nascido da rebelião de herdeiros de um dos ramos dos reis que disputavam o predomínio entre os diversos reinados espanhóis, teve em Afonso Henriques o seu fundador, ao vencer, na batalha de São Mamede (1128), aqueles que queriam desfazer as sementes do futuro Condado Portucalense e, mais tarde, os mouros em Lisboa. Em 5 de outubro de 1143 com a celebração do Tratado de Zamora foi Portugal reconhecido como país independente.

A fim de enfrentar os espanhóis (ou seja, Castela), de um lado, e os mouros, de outro, Portugal nasceu e se expandiu, tendo, como líderes incontestes, reis fortes e senhores feudais a servi-los.

Foi, portanto, Portugal uma exceção no cenário europeu, em que as diversas regiões não se uniam e os países se fragilizavam em face da pulverização do poder por uma infinidade de reis fracos com senhores feudais fortes.

Alguns países, que se formavam, não conseguiram constituir um poder central unificado, capaz de orientar as expansões nacionais, dividindo-se entre lutas intestinas, lutas externas contra reinos vizinhos e contra mouros.

Portugal, não. Percebendo seus fundadores que, sem unidade, seria impossível a manutenção do país recém-criado, alicerçaram seu projeto político na centralização de poder, característica que o acompanhará pela história e que influenciará, até os dias atuais, a história brasileira.

Roma dominou o mundo porque soube unir o centralismo político e a descentralização administrativa. Portugal seguiu seus passos e, na medida em que se expandiu, pôs em prática idêntica lição. Compreende-se, pois, a razão que fez das Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas os mais avançados textos jurídicos da Europa no fim da Idade Média e no período da Renascença, visto que a estabilidade política e econômica permitia o reger da vida social sem perturbações ou turbulências maiores.

A estabilidade política e a unidade de poder permitiram a Portugal vencer simultaneamente, em sua história, mouros e espanhóis e descortinar a grande saga das descobertas, fruto exclusivo de seu gênio. Italianos, franceses, ingleses e holandeses foram discípulos dos portugueses, seja na escola que permitiu a grande descoberta (Sagres), pois os grandes navegadores, inclusive Colombo e Magalhães, lá estudaram, seja na

conquista real de territórios de além-mar, como a América do Sul, ou do périplo da África, a Àsia, seja em inúmeras viagens e explorações.

Colombo e Magalhães serviram a outros senhores, após receberem formação portuguesa, pela impossibilidade de Portugal realizar, simultaneamente, seu projeto de conquista mundial, à falta de gente e de recursos. O mundo conhecido, já sagres descortinara em meados do século XV. Mesmo o Brasil, assegurado em extensão menor pela assinatura do Tratado de Tordesilhas, foi declarado português para o mundo, por erro estratégico de Cabral, que revelou o continente americano antes do momento oportuno, visto que Portugal, que já o descobrira, não tinha condições de colonizá-lo. Assim é que apenas trinta e dois anos após sua “descoberta oficial”, há falta de recursos e gente, para tomar posse da região, é que foi enviada a primeira grande expedição (Martim Afonso de Sousa). Os esforços portugueses eram destinados a garantir o domínio das índias.

Portugal, em verdade, detinha, à época, o controle do mundo em suas dimensões atuais, direta ou indiretamente, graças à estabilidade política e econômica gerada pelas conquistas sociais e jurídicas dos primeiros ordenamentos criados, ao fim da Idade Média.

É de no notar, entretanto, que o gigantesco esforço conquistador levou-o a abrir frentes em número maior do que poderia sustentar, razão pela qual não foi possível manter, por mais de um século, o território conquistado.

Em dissertação de especialização preparada para a Cadeira de Ciências de Finanças da FDUSP, em 1971, transformada em livro com prefácio de Roberto Oliveira Campos, considerei que três foram os grandes passos dados na evolução da humanidade na história, a saber: o domínio do fogo, as grandes descobertas e a conquista do

espaço, pois nestes momentos o homem deu novo salto para o conhecimento de um Universo Maior.

Portugal, portanto, colocou-se no centro desta triade de eventos descortinadores de novos horizontes para o homem. O centralismo político português, todavia,

“O centralismo político português, todavia, transformou-se em uma herança política para o Brasil, visto que à época do Brasil-Colônia (descentralização administrativa com capitânicas hereditárias, governadores gerais, bandeirantismo de apresamento, ciclo da cana, de pastoreio e de busca por metais e pedras preciosas), as diretrizes políticas vindas da metrópole não foram desrespeitadas, tendo, inclusive, Amador Bueno se negado a ser coroado rei, na restauração do poder português, em 1640, após sessenta anos de controle espanhol”.

transformou-se em uma herança política para o Brasil, visto que à época do Brasil-Colônia (descentralização administrativa com capitânicas hereditárias, governadores gerais, bandeirantismo de apresamento, ciclo da cana, de pastoreio e de busca por metais e pedras preciosas), as diretrizes políticas vindas da metrópole não foram desrespeitadas, tendo, inclusive, Amador Bueno se negado a ser coroado rei, na restauração do poder português, em 1640, após sessenta anos de controle espanhol.

Tal centralismo político e descentralização administrativa fizera Portugal colônia de forma diferente como eram consideradas as colônias espanholas, inglesas ou francesas, ou seja, meras extensões territoriais habitadas por povos inferiores.

O centralismo português não ubordinou os vencidos, nem considerou inferiores os que viveram nas colônias, razão pela qual a mudança da família real para o Brasil não foi senão a consequência desta uniao nacional incontestada, realidade irrepitível pelos contornos de formação histórica dos demais países europeus.

Compreende-se, pois, que a esta centralização de poder, no melhor estilo e centralismo romano, deveu-se, de um lado, o fracasso do regime federativo no Brasil mas, de outro lado, a unidade continental de seu território. A unidade nacional foi, portanto, preservada na América, ao contrário da experiência espanhola, francesa e inglesa,

sem rupturas e sem guerras de conquistas ou libertação, até porque a independência do Brasil foi oferecida por um rei português, que nesta condição morreu em Portugal, com o título de Pedro IV, após afastar da Coroa seu irmão

Miguel. De rigor, as lutas da independência foram mais escaramuças contra generais portugueses.

Enquanto a América espanhola pulverizou-se, os Estados Unidos só ganham a dimensão atual por conquistas após a independência e o Canadá vive ainda hoje a junção de duas conquistas não de todo assimiladas (inglesa e francesa), a unidade brasileira foi fruto dessa vocação para o centralismo político e para a descentralização administrativa, herdade de Portugal.

À evidência, tal característica terminou por moldar o país, com a monarquia centralizada, no início, e uma Federação republicana irreal até os dias que correm, tornando o constitucionalismo brasileiro um denso reflexo desta realidade.

Graças a Portugal, o Brasil é hoje uma nação continental. Mas graças a Portugal, o Brasil não se tornou uma Federação, balançando, em sua história, entre uma Federação e um estado Unitário e Tripartido.

De rigor, fomos um estado tripartido até 1988, mas com a reformulação do sistema unitário na Constituição de 5 de outubro de 1988, fortalecendo-se as receitas de Estados e Municípios e ofertando-lhe real autonomia financeira, principiou o país a buscar o perfil federativo desejado desde a instalação da República em 15 de novembro de 1889.

Perece, todavia, que a tríplice autonomia pertinente à Federação (Administrativa, política e

financeira) principia a ser, novamente, enfraquecida com o avanço da reforma tributária com nova centralização e distribuição de receitas subordinadas a um futuro Conselho Federativo de perfil ainda indefinido.

Vamos aguardar para julgá-lo.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, professor emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME, Superior de Guerra - ESG e da Magistratura do Tribunal Regional Federal - 1ª Região; professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia); Doutor Honoris Causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs-Paraná e RS, e catedrático da Universidade do Minho (Portugal); presidente do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO - SP; ex-presidente da Academia Paulista de Letras-APL e do Instituto dos Advogados de São Paulo-IASP. É sócio honorífico do Instituto Histórico e Cultural de Arceburgo.